

A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NOS DEZ PRIMEIROS ANOS DE VIDA (1937-47)^a

Irene Flunser Pimentel

Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

A ideia de enquadrar e organizar a nível estatal a juventude para a colocar ao serviço do Estado Novo surgiu no início dos anos 30, quando Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública, propôs a Salazar a formação de uma Liga Nacional da Mocidade Portuguesa (ON-MP)¹. Esta tinha como objectivo o fortalecimento «do amor pela pátria e as suas tradições», «do ideal agrícola, marítimo e colonial português» e «dos princípios da família, da autoridade, hierarquia, ordem e propriedade» entre os jovens dos 8 aos 21 anos, recrutados numa base voluntária nas escolas e associações de juventude. As raparigas só encontravam lugar nessa organização como «auxiliares e beneméritas», juntamente com os pais, tutores e as «pessoas de qualquer sexo» que nela se alistassem.

A tentativa de organizar os jovens acabou, porém, por se fixar, durante um curto espaço de tempo, em 1934, na Associação Escolar Vanguarda (AEV), uma organização de filiação voluntária sob a tutela do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que só abrangeu jovens escolarizados². Embora tenha tido a veleidade de organizar as raparigas numa «secção feminina vanguardista», a AEV só incluiu alguns núcleos sem expressão e sem autonomia³. Na sessão comemorativa do 28 de Maio realizada pela União Nacional em Braga, no ano seguinte, Francisco José Nobre Guedes, futuro comissário da MP entre 1936 e 1940, retomou a ideia da criação de uma organização da mocidade escolar «oficial, forte e disciplinada».

A ideia acabaria por ser seguida por António Carneiro Pacheco, que em 20 de Janeiro de 1936 tomou posse da pasta da Instrução Pública. Na semana

^a Este artigo resulta de uma das partes da dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (secção século XX) sobre as organizações femininas do Estado Novo que defendi em Julho de 1997 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

seguinte, apresentou a proposta de lei n.º 1941 que, entre outras disposições, anunciava a próxima criação da Organização Nacional Mocidade Portuguesa (ONMP-MP), para estimular «o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria»⁴ entre os jovens. Menções à inclusão de raparigas na Mocidade primavam, de novo, pela ausência.

Entretanto, surgiu nos jornais de 12 de Fevereiro a notícia da criação da organização estatal de mulheres – *Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)*⁵ – à qual foi atribuída, em 19 de Julho, a «parte feminina da MP». O estilo mobilizador com que, em Agosto, os jornais portugueses noticiavam diariamente as «massivas» inscrições e adesões voluntárias à MP não foi utilizado para descrever o começo da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) que só voltou a ser referida no ano seguinte, pouco tempo antes da sua regulamentação pelo decreto n.º 28 262 de 8 de Dezembro.

A infância da MPF foi um tempo de formação, implantação e expansão no seio da Escola, durante um período que se iniciou na sequência da «crispação fascizante» provocada pela guerra civil de Espanha, decorreu durante a Segunda Guerra Mundial e terminou em 1947, quando Salazar recompôs o regime, abalado pela primeira grande crise no final da guerra⁶. As datas charneira desse início de vida da MPF foram: 1938, quando a organização saiu pela primeira vez à luz do dia; *o ano de 1942*, quando a vida associativa escolar foi atribuída às Mocidades; e, depois de cinco anos de reforço da obrigatoriedade de filiação e de hegemonia das Mocidades, 1947, quando as actividades das duas organizações de juventude foram integradas nos planos escolares.

O facto de a Mocidade Portuguesa Feminina ter tido uma implantação quase exclusivamente escolar explica a estreita subordinação da periodização da sua vida às relações que manteve com a Escola⁷ e o Ministério da Educação Nacional (MEN), nomeadamente através da legislação produzida pelos sucessivos detentores dessa pasta, de Carneiro Pacheco a Fernando Pires de Lima, passando por Mário de Figueiredo⁸. Por outro lado, o facto de a MPF ter organizado separadamente as jovens e ter actuado de forma independente da MP, com programa, vida autónoma e direcção própria, justifica um estudo específico sobre esta organização feminina de juventude.

1. *Carneiro Pacheco, o obreiro das Mocidades.*

Formar ideologicamente a «geração sadia em cujas mãos [havia] de prosperar o Estado Novo»⁹, sem a integrar num partido ou milícia, mas num «movimento» nacionalista de carácter «espiritual» e de educação corporativa, foi um objectivo

que Carneiro Pacheco já tinha definido antes de tomar posse do Ministério da Instrução. Concordando com Salazar, para o qual a revolução legal precedia a revolução mental, o futuro ministro definiu como seu principal objectivo a «formação do Homem Novo, isto é, do Português com o ideal, a mentalidade, e a mística do Interesse Nacional»¹⁰.

O propósito de criação do «homem novo» foi comum a todos os regimes anti-liberais dos anos 30, que utilizaram as noções de «ressurgimento nacional» e de «regeneração» para formar uma «nova mentalidade» que sobrevivesse a uma pretensa decadência causada pelo liberalismo¹¹. Foi um objectivo de características totalitárias, porque pressupunha que o Estado, substituindo-se à família, a outros corpos intermédios e à vontade individual, penetrasse na vida privada e moldasse, num processo de engenharia social, a personalidade dos seres humanos, adaptando a identidade deles ao serviço da sua ideologia e política.

Na querela entre a Igreja, a Família, a Escola, por um lado, e o Estado, por outro, para se saber a quem competia educar, Carneiro Pacheco seguiu o pensamento de Salazar segundo o qual, num período em que a Família estava em «crise» e a Escola eivada de vícios jacobinos, cabia ao Estado Novo ajudá-las nas tarefas educativas. Embora fossem insubstituíveis nos seus respectivos âmbitos, Família e Igreja tinham o dever de colaborar com a Escola e o direito de contar com o apoio dela. Mas, como se tornara necessário criar um sistema de «educação integral» que desse prioridade à «moldagem» das crianças e à formação dos jovens, Carneiro Pacheco propôs-se reformar a Escola «oficina dos pais de amanhã». Para «suprir as deficiências nos de hoje» e restaurar «na família a consciência da sua indeclinável missão de educar»¹², nascera, por seu turno, a Obra das Mães¹³. Por outro lado, como não se podia dispensar a colaboração dos jovens, e como a Escola, antes de ser reformada, era insuficiente para fornecer a «consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militante, disciplina militar, activa confiança nos destinos de Portugal», o Estado criara a Mocidade Portuguesa. Em Maio de 1936, Carneiro Pacheco reafirmou que a instrução militar era um dos objectivos da MP. Mas já estava no seu pensamento a futura organização das raparigas quando definiu a Mocidade como um instrumento maleável que tivesse «em conta as circunstâncias especiais de *sexo*»¹⁴.

2. «A cada um o seu lugar».

No ano seguinte, na véspera da criação da MPF, o ministro considerou que, embora a capacidade da mulher não fosse inferior à do homem, a sua cultura deveria ser acompanhada de uma «verdadeira formação moral» capaz de lhe dar «uma superioridade na educação dos filhos», habilitando-a «para a acção social à roda de si»¹⁵. Fora, por isso, atribuída à OMEN a formação da MPF, a qual se propunha, segundo o seu regulamento de 1937, ajudar a Família e a Escola na educação e formar a «nova mulher» através da «educação moral, cívica, física e social» das raparigas¹⁶.

Não se sabe, embora seja provável, se houve polémica, no seio do MEN, da MP e da OMEN, sobre a possibilidade de inserir as jovens numa única Mocidade Portuguesa, à semelhança da integração, em 1936, da organização juvenil feminina alemã na *Hitler Jugend*. Como se verá, a polémica que surgiria em 1938, em torno da «masculinização» e «militarização» das raparigas, dá sinais de uma tal discussão no regime, no interior do qual, por exemplo, o comissário nacional da MP se mostrou contrário à integração das raparigas na sua organização. O certo é que a MPF enquadrou separadamente as jovens e teve uma direcção própria que, embora sob tutela do MEN, manteve sempre grande autonomia. Autonomia que tornou a direcção carismática de Maria Guardiola fundamental na imposição de uma linha à organização, mas que também remeteu esta para um espaço lateral com importância restrita. Essa linha não destoou, aliás, da seguida pelo regime, que efectivamente contou com uma elite feminina obediente. É assim que a estrita separação de esferas de actuação consoante os sexos, cara ao Estado Novo, também se aplicou às duas Mocidades, ideia que levou a que as jovens se inserissem no mundo feminino e não no mundo juvenil misto. Como dizia Carneiro Pacheco, devia ser dado «a cada um o seu lugar»¹⁷.

3. *A Igreja e o monopólio da juventude.*

O processo de criação das duas Mocidades não deixou de levantar objecções, nomeadamente em sectores católicos do regime. A Igreja mostrou-se preocupada com a tentativa de monopolização estatal da educação e da organização dos jovens num período em que a Acção Católica já tinha associações femininas e de juventude próprias. Logo em 1936, o cardeal Cerejeira manifestou a sua preocupação a Salazar, que se apressou a assegurar não ser «totalitária» a orientação que seguiria¹⁸.

Nos primeiros tempos das Mocidades, a imprensa católica também se ex-

pressou abundantemente sobre os direitos educativos da Igreja e da Família. Em 23 de Outubro de 1935, o *Novidades* condenou o liberalismo e o comunismo por excluïrem a Igreja e a Família da educação e, através da «escola única» e «neutra», entregarem os jovens à «colectividade». No mês da criação da MPF, o mesmo jornal criticou os «aparatosos enquadramentos hitlerianos e fascistas» que punham os jovens «ao serviço de um nacionalismo estatocrático», e avisou que não se combatia a colectivização «das esquerdas» com o recurso à colectivização «sob o signo das direitas», mas através da afirmação das «instituições naturais contra todos os colectivismos e totalitarismos excessivos e tirânicos»¹⁹.

Em 1938, a revista católica *Brotéria* apresentou uma série de artigos de António Durão²⁰, sintetizando os argumentos dos católicos quanto à função do Estado. Por um lado, considerava-se que este devia ser «supletório» do papel da família e, por outro, condenavam-se os regimes demo-liberais e os Estados totalitários por combaterem a família, respectivamente, em nome do individualismo e da onnipotência estatal. A propósito das «obras de formação juvenil» estatais criadas em toda a Europa, e numa referência velada à MP, Durão considerou uma «tremenda calamidade, esta servidão da consciência ao Estado onnipotente» e apelou à colaboração da «Igreja, Família e Estado» nas tarefas da educação nacional.

4. *A «questão escutista».*

Um dos motivos de tensão entre o Estado Novo e a Igreja Católica foi a questão escutista. Em 1932, Cordeiro Ramos oficializara o escutismo, ao criar a Organização Escutista de Portugal (OEP), uma associação estatal que integrou o escutismo católico e não confessional: o Corpo Nacional de Escutas (CNE), a Associação dos Escuteiros de Portugal (AEP) e a Associação de Guias de Portugal (AGP)²¹. Ora, quando a MP foi criada, tanto o Estado como a Acção Católica, que tinham organizações de juventude, pretenderam eliminar as associações escutistas rivais.

Em Junho de 1936, Carneiro Pacheco anunciou a «desoficialização do movimento escutista» e, a 13 de Agosto, extinguiu a OEP²². Um ano depois, quando a MPF foi criada, o governo pediu à AGP que cessasse as suas actividades e, em 1938, o ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, solicitou ao cardeal Cerejeira a dissolução do escutismo católico. Este último recusou, argumentando que o facto de o Estado Novo não ser totalitário se devia, em parte, «à possibilidade de existência de associações particulares», uma «demonstração que o Estado Português reconhece a justa liberdade individual»²³.

Numa carta a Salazar, provavelmente escrita por Carneiro Pacheco nessa data²⁴, dá-se conta que, em vez de «uma fórmula totalitária», se optara, relativamente ao escutismo católico (CNE), por «uma fórmula de independência vigiada» para «não arranjar atritos com a Igreja». Relativamente às associações escutistas, o ministro utilizou uma dupla tática: ao mesmo tempo que as tentou dissolver, sem sucesso, recrutou nelas alguns dirigentes para as Mocidades²⁵. A sujeição dos estatutos de todas as associações de juventude à aprovação da MP, imposta pelo ministro Mário de Figueiredo em 1942, trouxe novas dificuldades ao escutismo, as quais só cessariam no início dos anos 50²⁶.

5. «Masculinização», «militarização», desportos.

1938 foi decididamente o ano de todas as discussões sobre a MPF, que saiu pela primeira vez à rua na comemoração do 28 de Maio. Nesse mês, *O Século* entrevistou – texto nunca publicado por ter sido censurado – o comissário nacional da MP, Francisco Nobre Guedes, que considerou dever a direcção da MPF marcar limites ao «modernismo e à desenvoltura» das jovens, para que a mulher portuguesa mantivesse «virtudes cristãs e caseiras»²⁷. Para este admirador da Alemanha nazi, onde as jovens praticavam todos os desportos, as raparigas lusas só deviam praticar «certos exercícios», e nunca a natação ou o ténis, que implicavam «esforços excessivos» e uma «influência desmoralizadora das virtudes que queremos nas nossas mulheres». Segundo o dirigente da MP, era «necessário fazer o homem mais homem possível» e nada fazer que desviasse a mulher portuguesa da sua missão. Por isso, a MPF devia afastar-se da «formação masculina» e recusar o «exercício de recrutas» que, tal como as expressões *vanguardista* e *falange* com «origem e sabor militar», tendiam para a sua «masculinização» e «militarização». Ao ser questionado se as raparigas também iriam desfilarem no 28 de Maio, Nobre Guedes esclareceu que tinha ficado acordado com as «competentes senhoras» da MPF ir esta participar na iniciativa em bancadas separadas, porque uma «exteriorização apressada» fora considerada inconveniente.

Efectivamente, nesse dia, 500 filiadas fardadas assistiram, pela primeira vez, «não incorporadas», ao desfile de 8000 filiados da MP na avenida da Liberdade. Ao descrever a jornada, a MPF esclareceu que «cada um estava no seu posto: os rapazes marchando ao som das cornetas e dos tambores e as raparigas seguindo com os olhos e o coração a bandeira que os guia – e as guia também a elas! Os rapazes ao sol! As raparigas mais à sombra»²⁸.

As questões do desporto e da militarização seriam repetitivamente debatidas ao longo da vida da MPF. Quanto ao desporto, a MPF encontrava-se entre

dois fogos. Por um lado, tinha de contar com a reacção negativa de sectores masculinos do regime. Por outro, tinha de responder aos meios da oposição que queriam criar um Ginásio Clube Feminino²⁹ e às preocupações, com tonalidades eugénicas, dos que defendiam a preparação física das futuras mães para lutar contra a mortalidade infantil e pelo «revigoramento da raça». O primeiro regulamento da MPF, ao colocar a educação física como uma das tarefas da organização, mas eliminando «as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino», acabou por ser um compromisso.

No mesmo ano da entrevista de Nobre Guedes, Maria Guardiola defendeu-se das acusações ao afirmar que a «intensiva preparação de aspecto exterior» das jovens não correspondia «a quaisquer intuítos de militarização» e que as «formaturas», embora benéficas por transmitirem «hábitos de disciplina e apurmo», não passavam de «simples episódios da sua vida colectiva»³⁰. O livro oficial da MPF também esclareceu, mais tarde, que a organização não era uma «milícia feminina com aspirações masculinas» e que, embora a MP e a MPF fossem organizações «irmãs», tinham cada uma a sua finalidade: «enquanto a MP adentra na sua instrução pré-militar defensores para a Pátria» e «prepara com sua educação política e social colaboradores activos dos homens do Estado, a MPF habilita-se para prestar a sua colaboração dentro do lar, da família que o seu amor, o seu trabalho e o seu espírito cristão tornarão a base sólida do Estado Novo»³¹.

6. *Maria Guardiola e as dirigentes da MPF.*

Este pensamento, centrado na separação entre as esferas feminina e masculina, era partilhado por Maria Baptista dos Santos Guardiola, a comissária nacional que, por delegação da OMEN, encabeçou a direcção da MPF e influenciou definitivamente a organização. Antes de ser chamada para a OMEN e para a MPF, esta professora de matemática distinguira-se como reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, como uma das três primeiras deputadas portuguesas, como figura da «elite» feminina e como acérrima defensora, no espectro feminino, do Estado Novo e da sua ideologia nacionalista e católica. Foi, provavelmente, a mulher com maior importância política no regime salazarista e a mais paradigmática dirigente das organizações femininas do Estado Novo. Terá sido por causa dela que a MPF se autonomizou desde logo da OMEN e manteve uma total independência relativamente à MP. Disputando à Escola e à Família a educação das raparigas, Maria Guardiola não terá enfrentado a hostilidade da Igreja,

tranquilizada pela orientação católica que desde sempre impôs à MPF. Mesmo os críticos do regime que acusaram a MP de seguir modelos nazi-fascistas, nunca dirigiram o mesmo tipo de comentário à organização feminina. O catolicismo, conservadorismo e a austeridade de Guardiola, por vezes ridicularizada – nomeadamente quando impôs modelos de fato de ginástica e de banho anacrónicos –, apaziguaram possíveis preocupações dos meios mais tradicionalistas, embora tenham provocado a resistência de muitos pais e o temor e rejeição entre as filiadas.

Numa entrevista em 1934, quando foi eleita deputada, definiu-se desde logo como «absolutamente contrária àquilo que chamam feminismo», porque «a mulher nasce para a missão confiada ao sexo e a ela não pode fugir, ainda que seja arrastada para qualquer outra actividade»³². Para as que, como ela, viriam a actuar no espaço público, estavam reservados dois campos tradicionalmente femininos: a assistência e a educação. Segundo ela, tanto servia a Pátria «o soldado ou o homem de ciência como a mulher que, na sociedade ou no lar, pela sua superioridade moral e cultural, lhe da[va] honra e prestígio», mas, «mais ainda que na sociedade», era no meio da família que ela podia exercer o trabalho de «edificação social», consoante a norma da trilogia «Deus, Pátria, Família»³³.

Num discurso de Dezembro de 1941, a comissária nacional considerou que, na formação integral das raparigas, o «aspecto moral» era o de maior valia, ao qual se seguiam o «aspecto físico» e a «formação intelectual», visando esta «uma independência digna e útil» no caso de a jovem não vir a constituir um lar, situação que Maria Guardiola e outras dirigentes conheciam por elas próprias. Dois anos depois, ao manifestar-se contra a educação «à antiga» e «moderna»³⁴, reafirmou o respeito pelas aspirações de independência económica das jovens, embora considerasse que a formação para a vida no lar sobrelevava todos os outros fins educativos, pois que só «uma mãe cuidadosamente preparada» possibilitava a «sólida organização da família» que a «nossa reconstrução social» impunha.

Com Maria Guardiola, foram também nomeadas comissárias nacionais adjuntas, em Dezembro de 1937, outras duas dirigentes da OMEN: Maria Luísa Saldanha da Gama Vanzeller, uma médica que tinha sido dirigente de organizações femininas da Acção Católica, depois deputada e vice-presidente do Instituto Maternal (1945); e Fernanda Almeida d'Orey, uma ex-dirigente do escutismo feminino e mãe de muitos filhos, ao contrário da maioria das dirigentes solteiras da MPF. Em 1947, Aurora David, uma professora católica, foi também destacada para o comissariado nacional.

Junto deste, funcionavam as direcções de serviços que orientaram a vida da MPF, encabeçadas por professoras e médicas³⁵, quase todas também ex-dirigentes das organizações católicas. Entre estas, contou-se Maria Joana Mendes Leal,

provavelmente uma das mais importantes ideólogas da MPF enquanto directora das revistas e dos serviços de publicidade e informação da organização³⁶. Grande peso religioso e ideológico na organização teve também o padre Gustavo de Almeida, que dirigiu os serviços de formação moral e social, além de redigir a maioria dos editoriais do *Boletim da MPF* e da *Menina e Moça*. Caso típico de um católico integrista e de um nacionalista reaccionário que não deixava a César o que era de César e intervinha no campo político e ideológico através do púlpito da igreja³⁷, Gustavo de Almeida foi ainda, tal como Maria Teresa Navarro³⁸, um «recrutador» de dirigentes femininas, tarefa que também exerceu nas Noelistas. Às jovens escolhidas para pertencerem à «elite», aconselhava o celibato para melhor se dedicarem ao apostolado social e religioso e às outras, que «não saíam da massa», criticava com desprezo a «mediocridade», uma palavra recorrente na sua boca.

Segundo os estatutos da MPF, o «território da metrópole» subdividia-se, hierárquica e geograficamente, em «províncias» e «regiões», com as respectivas «divisões» e «alas» dirigidas por delegadas provinciais e subdelegadas regionais³⁹. Enquanto estas permaneceram longamente nos seus cargos e constituíram peças importantes na hierarquia da MPF – como foi o caso de Alice Guardioli, delegada provincial da Estremadura –, as directoras dos centros estavam, por vezes, «compulsivamente» ao serviço da organização.

Efectivamente, estas «dirigentes» dos centros escolares da MPF não eram mais do que as reitoras dos liceus e directoras de colégios, automaticamente nomeadas para esse cargo que, eventualmente, delegavam mais tarde em professoras. Essa situação gerou casos flagrantes de óbvio afastamento dos princípios político-ideológicos da organização. Por exemplo, em 17 de Novembro de 1944, tomou posse como dirigente do centro do Colégio Fernão Magalhães, do qual era directora, Maria Isabel de Aboim Inglês, que depois pertenceria à comissão central do MUD e, em 1946, seria presa pela PIDE, na sequência de um abaixo-assinado contra a admissão de Portugal na ONU⁴⁰.

Muitas directoras de centro viriam a ascender na organização. Virgínia Paraíso começou por ser directora-adjunta do centro do Liceu D. Filipa de Lencastre e, em 1947, já era subdelegada regional do Porto. A actividade no seio da MPF também pareceu facilitar a ascensão hierárquica noutras instituições educativas e na vida profissional. Alice Costa Pinto de Andrade foi directora do centro da MPF do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho até 1945 e, dois anos depois, substituiu Maria Guardioli como reitora do mesmo liceu. O inverso também aconteceu: Maria Dionísia Camões, reitora do Liceu Infanta D. Maria de Coimbra desde 1937, viria a ser delegada distrital de Coimbra da MPF, o que não a

impediu de tecer críticas às actividades da organização, por duplicar, segundo ela, o currículo escolar.

7. *A criação de uma elite feminina e a formação de dirigentes.*

Apesar da sua estrutura dirigente restrita, a MPF possibilitou, no seu seio, uma mobilidade social ascendente e formou as suas próprias dirigentes. Em 1938, criou o curso de formação de instrutoras de educação física, o primeiro no seu género até à criação do Instituto Nacional de Educação Física (INEF). Sob a direcção de Ingrid Ryberg, as alunas frequentavam aulas de ginástica sueca e de formação moral e nacionalista. Em 1943, as alunas das Escolas do Magistério Primário e estagiárias dos Liceus Normais passaram a frequentar obrigatoriamente cursos de dirigentes de centros do ensino primário e secundário e, no ano seguinte, iniciou-se o primeiro curso de instrutoras de economia doméstica.

Mas, segundo dizia a própria MPF, muitas instrutoras eram desprovidas de bagagem cultural e de «idoneidade moral» e não estavam integradas no espírito da Mocidade, tal como as professoras ao serviço na organização, entre as quais era raro encontrar-se, ao mesmo tempo, «preparação técnica, mentalidade cristã e sentido pedagógico». Por isso, foi dada, a partir de 1943, preferência ao recrutamento de instrutoras entre as graduadas, «as melhores agentes de penetração do espírito e ideal da MPF» e as «futuras dirigentes da organização». «Escolhidas entre as melhores», possuidoras de «qualidades naturais e morais» e distinguindo-se no «amor pela MPF e aprumo de filiadas», as graduadas começaram a ser formadas em cursos próprios, a partir de 1939, e na Escola de Graduadas desde 1941. Consideradas como pertencentes ao «escol» da MPF, muitas dessas graduadas viriam, de facto, a fazer parte de uma elite feminina, que sobreviveu ao 25 de Abril de 1974.

8. *A organização das filiadas nos centros.*

A MPF pretendeu, segundo o regulamento de 1937, abranger a «Juventude de todo o Império», dos 7 aos 14 anos, «estudantes ou não». No entanto, a MPF só iniciaria a sua implantação nas colónias em 1961, fora do âmbito cronológico deste estudo, e quase só organizou as raparigas nos centros das escolas do ensino primário e secundário⁴¹, os primeiros dos quais se formaram, a partir de Fevereiro de 1938, nos liceus femininos de Lisboa, Porto e Coimbra⁴². A Mocidade Portuguesa Feminina foi, assim, essencialmente uma organização urbana e liceal.

Segundo dados fornecidos pela própria organização, em Dezembro de 1940⁴³ a MPF ainda não tinha concretizado o sonho de organizar as operárias e rurais – objectivo que, aliás, nunca realizaria – e existiam então 304 centros escolares com 38 350 filiadas, entre as quais 13 120 *lusitas*, 17 075 *infantas*, 6000 *vanguardistas* e 2155 *lusas*. Ou seja, a MPF só abrangia, nessa data, 13,7 por cento de todas as alunas, 5,2 por cento de alunas do ensino primário e, curiosamente, 93 por cento das poucas alunas do ensino secundário liceal e técnico.

Além dos centros escolares e de alguns extra-escolares de enquadramento de alunas do ensino doméstico, havia outros de filiação voluntária: os três centros universitários de Lisboa, Porto e Coimbra, e os quatro «centros de indústrias regionais». Nos primeiros, as filiadas da «elite» podiam completar a sua educação científica ou literária através de «uma formação especificamente feminina ou mais amplamente cultural», e nos segundos centros, com características profissionais, era facultada a jovens do meio rural uma aprendizagem do artesanato tradicional, como fomento do «trabalho a domicílio».

O Estado começou por impor a obrigatoriedade de filiação e de frequência das actividades da MPF a todas as raparigas do ensino primário, do primeiro ciclo do ensino secundário e do ensino preparatório das escolas técnicas. A partir de 1942, várias medidas promulgadas pelo ministro Mário de Figueiredo aumentaram o poder das Mocidades. O decreto 31 908, de 9 de Março, determinou que «todas as organizações, associações ou instituições que tenham por objecto a educação cívica, moral e física da juventude» necessitavam «de aprovação dos Estatutos pelo Commissariado Nacional» da MP, e o decreto 32 234, de 31 de Agosto, estipulou que todas as associações, cantinas e caixas escolares dos liceus e escolas técnicas fossem integrados nos centros das Mocidades. O pagamento de uma quota para as MP também se tornou obrigatório e, segundo um despacho ministerial de 26 de Janeiro de 1944, só se podiam inscrever nas escolas e ser admitidas a provas do exame do ensino primário elementar as alunas inscritas e frequentadoras dos centros, enquanto as professoras que prestavam serviço à MPF passaram a ter preferência na colocação nos liceus (Decreto-Lei n.º 33 018, de 1 de Setembro de 1943).

O regime de obrigatoriedade de filiação e de frequência às actividades foi, porém, relativizado, devido à falta de instrutoras, que inviabilizou a criação de centros em muitas escolas. No entanto, em Novembro de 1946, o Ministério integrou as actividades da MP na escola e em «todas as festividades e iniciativas culturais e desportivas» escolares, um passo que deu o sinal de partida ao novo plano de actividades da MPF, em vigor desde 1 de Janeiro de 1947. A partir desta data, todas as alunas do ensino primário, técnico e liceal deviam obrigatoriamente frequentar actividades da MPF de formação moral e nacionalista, educa-

ção física e canto coral (ou orfeão) e, consoante os ciclos liceais, aulas de higiene, economia doméstica, culinária, arte de dizer e de pericultura.

9. *A inculcação ideológica: nacionalismo e «recristianização».*

Embora não fosse explícita, uma das principais funções da MPF consistiu em compensar o projecto, sempre desejado mas falhado, de uma educação escolar especificamente feminina e em actuar contra-a-corrente do ensino «sexualmente neutro», ministrado nos liceus e nas universidades. Na escola, as raparigas deviam ser formadas, física e moralmente, para as tarefas femininas futuras e para a colaboração com a Igreja Católica e o Estado Novo. Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, a MPF preocupou-se, sobretudo, com a dupla «formação moral e nacionalista», pois «Deus e a Pátria andam juntos desde que Portugal nasceu».

Em 1942, foi definido o principal ideário das filiadas⁴⁴: a ideia da necessidade de formar «uma mulher nova», pronta a amar a pátria e a contribuir para o «ressurgimento» da nação; o culto de Salazar, «restaurador» da nação através de uma política social corporativa e de uma doutrina orgânica com base na família; a defesa de um património lusitano, latino e cristão; e a ideia do nacionalismo «equilibrado» do Estado Novo, diferente dos «nacionalismos» agressivos e expansionistas; e a exaltação, através de modelos femininos históricos, das portuguesas que foram rainhas, mães e esposas ou se entregaram a Deus. A MPF propunha-se, assim, formar a futura mulher, cristã e portuguesa, educadora e servidora social, mãe prolífica e esposa obediente, cujo lugar na nação orgânica e corporativa era a família – o núcleo-base do edifício estadonovista – e cuja acção se caracterizava pela «colaboração» e «cooperação» com os homens, esposos ou governantes.

A História de Portugal reescrita pelo Estado Novo foi um dos principais meios de inserção das jovens na nação e nos objectivos políticos do regime assim como de inculcação da ideologia nacionalista, através da construção de heróis e heroínas educativos. Enquanto o culto de figuras masculinas – por exemplo, D. Nuno Álvares Pereira – induzia nas filiadas a ideia de que os homens actuavam no espaço público, participavam no governo e travavam batalhas, as heroínas serviam de modelos femininos das principais virtudes exigidas às filiadas, para o exercício do serviço familiar, religioso, social e educativo. Além da celestial Virgem Maria, foram padroeiras terrenas da MPF a rainha D. Leonor, uma «servidora social» que havia fundado as Misericórdias, e D. Filipa de Lencastre, a mãe que «ofereceu» os filhos à Pátria. Outras houve, porém, dignas de admiração: D. Ma-

ria I, por ter reinado contra a «irreligiosidade» e a «imoralidade» do iluminismo; e a Beata D. Tereza, que sacrificou a própria maternidade e o casamento à entrada num mosteiro.

A comemoração de datas paradigmáticas remetia para momentos históricos mitificados de «nascimento» (Formação de Portugal), «restauração» (1640) e «renascimento» no presente (28 de Maio e Estado Novo)⁴⁵. Através do mito cíclico da «regeneração» e da identificação das épocas históricas com as estações do ano, transmitia-se a ideia de necessidade «natural» da evolução histórica da nação e promovia-se alegoricamente o culto dos chefes. Salazar personalizava a nação, quase sempre antromorfizada e transformada num «indivíduo colectivo»: Portugal surgia como um «velhinho de 800 anos» ou um «doente» que rejuvenescia ou se curava através da intervenção do «médico caridoso», Salazar, ajudado por enfermeiras, as filiadas da Mocidade.

Inicialmente, havia uma única actividade de «formação moral e nacionalista» que, nos anos 50, tempos depois da derrota dos nazi-fascistas numa guerra feita à conta de vários «nacionalismos», passou a ter o nome de «formação moral e social». Essa actividade «moral» não deixou de ser condenada pelas famílias que queriam uma educação laica para as suas filhas, pelos católicos que criticavam as Mocidades como movimentos de formação religiosa que se substituíam à Igreja Católica, e pela Escola que acusava a «formação moral» da MPF de duplicar a disciplina escolar de «moral e religião», a cargo da Igreja.

10. *Educação física sem competição e canto coral para «orfeanizar a nação».*

Como se viu, a educação física foi uma questão pouco pacífica nos primeiros anos da MPF, que lutou para ficar com o exclusivo desse pelouro junto da juventude feminina das escolas e formou instrutoras próprias. Por outro lado, lembre-se que o regulamento de 1937 excluiu da educação física «especificamente feminina» da MPF os desportos de competição e os exercícios atentatórios ao «pudor da mulher», transformando-se numa actividade pouco «física» mas muito «moral», ministrada por instrutoras escolhidas pelo «bom porte» e adesão ao «espírito da MPF», mas com pouca capacidade técnica.

No ensino primário, a educação física era constituída por jogos, ginástica e, por vezes, dança rítmica e, no secundário, por desportos, danças regionais e iniciação campista. Tudo com a máxima «moderação». Obrigadas a usar um fato de ginástica obsoleto que lhes travava os movimentos, as filiadas nunca mostraram entusiasmo por uma actividade, da qual pediam dispensa quando podiam. Diga-se, no entanto, que uma professora sueca, Ingrid Ryberg, introduziu na

MPF – e na secção feminina do INEF – a ginástica Ling, com características mais modernas e avançadas – uma prática à qual, assim como aos desportos, só as graduadas e algumas filiadas liceais e universitárias tiveram acesso.

A partir do final dos anos 40, a MPF possibilitou a jovens liceais, de estratos sociais mais pobres ou «remediados», desportos tradicionalmente elitistas, como a equitação. O campismo era *sui generis*, sem tendas e de prática restrita: escolhidas entre as mais velhas e as graduadas, as filiadas iam de manhã para o campo, voltando à noite para suas casas. Foi a solução encontrada pela MPF para responder aos desejos das raparigas num período em que o escutismo feminino tinha sido levado à estagnação pelo MEN e para não amedrontar pais e mães «doentamente saudosistas», como lhes chamou Carneiro Pacheco, pouco desejosos de que as filhas se ausentassem do lar.

A luta da MPF para ficar com a orientação da educação física prendeu-se com a necessidade de separar «físicamente» as raparigas e os rapazes, dando-lhes uma «educação física diferente segundo os sexos», de acordo com a expressão de Maria Guardiola⁴⁶. A partir de 1947, os Estatutos do Ensino Liceal e do Ensino Técnico Profissional atribuíram à MPF a orientação e fiscalização da educação física e do canto coral nos liceus e escolas técnicas, uma velha reivindicação de Maria Guardiola. A «par dos desportos escolhidos com critério», o canto coral foi uma das disciplinas escolares cuja introdução Carneiro Pacheco propôs, em 1934, para contrabalançar, na «idade plástica que é a primeira juventude», o «enciclopedismo pretensioso»⁴⁷. Quando se tornou ministro, manifestou o desejo de «orfeanizar a nação inteira» através da MP e considerou que o canto coral transmitiria aos jovens o espírito corporativo e serviria propósitos coreográficos nacionalistas.

11. *Mobilização, enquadramento e transmissão de valores e comportamentos.*

Para efeitos de enquadramento e de «nacionalização» das raparigas, foram introduzidos no regulamento da MPF de 1937, além dos hinos, a saudação romana, que compreensivelmente desapareceu no Estatuto de 1950, e o uniforme. Apesar de atraente para algumas raparigas, o seu uso gerou contradições e um efeito perverso. Motivo de troça e recusado pelos que temiam a «militarização» das raparigas e pelas jovens de classes sociais mais altas, a quem a uniformização pouco interessava, retirado no meio rural em nome da utopia ruralizante, continuou a ser defendido, nas cidades, pela MPF. Para Maria Guardiola, ele representava uma forma de «hierarquização» no seio da organização e de «igualitarização» corporativa (ao ocultar a origem social das filiadas), mas,

pelo contrário, ao ser inoportável para muitos orçamentos familiares, tornou-se um factor de diferenciação social.

Além das actividades obrigatórias e voluntárias no seio da Escola, a Mocidade Portuguesa Feminina mobilizou também as suas filiadas para campanhas e iniciativas periódicas. As manifestações políticas iniciais de apoio ao Estado Novo, de culto do chefe e de mobilização nacionalista – embora sempre diferentes das que mobilizavam os jovens da MP –, foram sendo substituídas por manifestações assistenciais, culturais e religiosas, nas quais foram centrais as peregrinações a Fátima e o culto da Virgem Maria. Sob a cúpula da religião católica que tudo enformava, pretendia-se formar, por um lado, uma elite feminina, com a vocação de educar e servir socialmente e criar, na «massa», o conceito da missão da mulher na família.

Iniciativas como as «exposições de berços e enxovais», confeccionados para serem distribuídos a mães pobres nas «semanas das mães», as «embaixadas da alegria e da bondade» e os «folares da Páscoa» foram a expressão da forma como a MPF pretendeu mobilizar as suas «raparigas» e para quê – para o lar e a caridade. As iniciativas culturais dos «salões de educação estética» e dos «jogos florais» incentivavam as jovens a «descobrir vocações», sempre em campos tradicionais femininos. Como meios de controlo, propaganda e recompensa, foram também criados serviços de carácter assistencial que, segundo Maria Guardiola, existiam na razão dos seus fins educativos: arregimentação e atracção das filiadas. Por exemplo, os campos de férias foram um instrumento para manter a influência da MPF nos três meses de verão em que as filiadas escapavam ao seu controlo na escola. A organização também geriu as cantinas dos liceus femininos e de alguns mistos e distribuiu bolsas (poucas) a alunas do ensino primário, liceal e universitário, de preferência a graduadas oriundas de famílias «remediadas» com «bom porte moral e político».

As publicações de massas da MPF – *Boletim da MPF* (1939-47), *Menina e Moça* (1947-74) e *Lusitas* (1943-57) – foram, sem dúvida, os melhores veículos de transmissão dos valores e comportamentos que a MPF desejava para as «suas» jovens. Através delas, a organização tentou completar, senão mesmo substituir, o papel educativo da família, prestou colaboração à Igreja na defesa dos valores desta e pretendeu criar uma «rapariga nova», que nunca deixou, porém, de ser «tradicional».

Inicialmente, a organização dirigiu-se às raparigas das classes média e alta frequentadoras dos liceus, dando-lhes conselhos elitistas sobre a forma como deveriam, mais tarde, acompanhar culturalmente o marido, tratar requintadamente do lar, gerir o trabalho doméstico das «criadas», praticar a caridade cristã e manter imutáveis as condições sociais. Esse era o seu lugar na nação, que

raramente passava pelo exercício de uma profissão ou pela actividade política, em vez da qual se admitia e se preconizava o serviço assistencial e educativo.

Muitos artigos condenavam o desprezo pelos pobres, o «snobismo», a arrogância excessiva e o «modernismo» das jovens, impelindo-as à simplicidade, à humildade e à austeridade. As tentativas de mobilidade social das jovens da pequeno-burguesia eram, no entanto, criticadas. De um lado estava o futuro «escol» feminino e, do outro, os pobres em geral, cuja miséria e potencial conflitualidade a organização tentava atenuar – e manter – através da caridade paternalista e dos princípios corporativos.

Ao longo dos anos, estes conselhos foram sendo exaustiva e ininterruptamente difundidos nas revistas da MPF, como se a constância das regras compensasse as influências nefastas. A recorrência de artigos sobre a austeridade no vestuário e o «pudor» nas praias revelava que o moralismo da MPF não encontrava a esperada adesão entre as leitoras das suas publicações. Os filmes e livros eram rigorosamente controlados, as influências estrangeiras consideradas perigosas e as relações com a família e os elementos do sexo oposto acauteladas. A MPF manifestou-se particularmente contra os conflitos de gerações e defendeu a segregação entre os espaços feminino e masculino. As jovens deviam permanecer no seio da família até ao casamento, sem veleidades de independência ou entre elas, devidamente enquadradas pelas dirigentes e nunca socializadas através de relações com os jovens.

Apesar do auto-apregooado apoliticismo e de aparentemente se limitar a formar as jovens para o lar e certas profissões femininas, em vez de as mobilizar em comícios e manifestações, a Mocidade Portuguesa Feminina não deixou de ser uma organização política e ideológica. Transmitiu uma ideologia única, difundiu a noção de que a mulher tinha uma missão exclusiva e pretendeu moldar as jovens no sentido de as adaptar ao serviço do Estado Novo e da Igreja Católica, na esfera feminina.

12. *A MPF e as organizações femininas fascista, nacional-socialista e falangista.*

Embora o Estado Novo tenha omitido, depois de 1945, as relações que as suas organizações de juventude mantiveram com os regimes fascista e nacional-socialista⁴⁸, a MP – mais do que a MPF – encontrou-se frequentemente com delegações da Hitler Jugend em Portugal. Lembre-se que a formação das Mocidades ocorreu num momento de «fascização» do regime, quando se iniciou a Guerra Civil Espanhola e houve uma maior aproximação entre o Estado Novo e os regimes alemão e italiano. Ainda antes da formação da MPF, uma delegação de

dirigentes da OMEN, constituída por Maria Guardiola, Fernanda d'Orey, Maria Luísa Vanzeller – futuras comissárias nacionais da MPF – e Palmira Morais Pinto, participou, em Setembro de 1937, numa viagem de estudos a Itália⁴⁹.

Sintomaticamente, não houve uma viagem idêntica à Alemanha, o que indica uma privilegiada proximidade inicial com o fascismo italiano, regime que Carneiro Pacheco conhecia bem⁵⁰. O ministro da Educação Nacional teve, no entanto, o cuidado de apresentar inicialmente a organização feminina como «uma instituição de características absolutamente nacionais, embora com pontos similares com outras instituições estrangeiras criadas para o mesmo fim: educar e nacionalizar a Juventude, preparando a mulher»⁵¹. O certo é que as relações da MPF com organizações congêneres, e nomeadamente com a organização feminina da Juventude Hitleriana – Bund Deutscher Mädel (BDM) –, foram escasas. No Verão de 1942, a responsável pela educação física da MPF, Ingrid Ryberg, deslocou-se à Alemanha numa missão de estudo e uma delegação de raparigas acompanhou rapazes da MP numa viagem a esse país, a convite da Juventude Hitleriana⁵². Mas quando, em Junho desse mesmo ano, Waltraut Paetzcke, dirigente da BDM, retribuiu um convite para assistir às provas de graduadas no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, solicitando a presença de dirigentes da MPF nas provas de ginástica no Colégio Alemão, estas não terão ficado muito entusiasmadas, enfatizando as diferenças existentes entre a educação física feminina portuguesa e alemã⁵³.

As relações com o regime de Vichy também foram esporádicas. Em 1941, Irène de Buisserot, responsável pela organização da juventude feminina francesa, escreveu à MPF manifestando o desejo de «conhecer as organizações congêneres do estrangeiro»⁵⁴, e em Agosto e Dezembro do mesmo ano chegavam a Lisboa, respectivamente, Le Faurichon, delegado dos «guardas femininos» de Marrocos, e Jacques Fauré, chefe da Juventude de Marrocos e da Mocidade e dos Sports de França (Vichy)⁵⁵.

Relações privilegiadas e duradouras teve a MPF com a Sección Femenina de la Falange Española (SF), dirigida por Pilar Primo de Rivera. Em 8 de Agosto de 1939, uma primeira delegação de 180 raparigas falangistas foi recebida em Lisboa por Maria Guardiola e a condessa de Almoester. No seu discurso, esta dirigente da OMEN destacou a afinidade entre duas organizações femininas nas quais «palpita o mesmo ideal nacionalista e cristão». O tema da semelhança entre estas organizações seria glosado pela própria Pilar Primo de Rivera, quando, em Outubro do ano seguinte, se deslocou a Lisboa a convite da OMEN⁵⁶. As relações entre a MPF e a SF nunca mais cessariam depois.

Embora com uma origem e uma história diferentes da Sección Femenina, a MPF acabou por sofrer a especial influência desta. Em Espanha, depois de ser

incorporada na organização mista Frente de Juventudes, a juventude feminina passou para a tutela da SF e, assim, para o «mundo feminino». Mas, na organização espanhola estavam contidas «duas numa», ou seja, a SF englobava as duas organizações que em Portugal se ocupavam das mulheres e das jovens (OMEN e MPF). Por outro lado, ao contrário da MPF, a SF organizou compulsivamente as universitárias, actuou entre as mulheres rurais e operárias, colaborou com o sindicato único estatal, impôs a todas as jovens o Serviço Social obrigatório e, até meados dos anos 40, deu mais importância à doutrinação ideológica (falangista) do que à catequização católica. Não se pode, no entanto, deixar de encontrar semelhanças entre a MPF e a SF, por entre as próprias diferenças dos regimes português e espanhol. Os centros escolares da SF ministraram, como os da MPF, aulas de educação física, formação feminina e formação moral e as jovens foram dirigidas, nos dois países, com certa autonomia por mulheres, a maior parte delas solteiras. A partir de 1945, o mesmo peso da religião e do tradicionalismo ruralizante fez-se sentir em ambas organizações.

Quanto ao parentesco com as organizações femininas fascista e nacional-socialista, recorde-se que a MPF foi criada «a partir de cima» pelo MEN, que delegou na OMEN a formação e a direcção da organização juvenil feminina. Não nasceu «no calor da luta» como os agrupamentos italiano e alemão, progressivamente inseridos nas organizações masculinas sob a direcção dos respectivos partidos únicos⁵⁷. Além de a MPF não se ter subordinado ao partido estatal, a organização assumiu-se como «tradicionalmente feminina». Através dela, as jovens não se incluíram, como na Alemanha e na Itália, no grupo da «Juventude». Ao contrário da Gioventù Italiana del Littorio italiana e da Hitler Jugend alemã, que chegaram a incorporar quase 70 por cento da população juvenil, a MPF, organização especificamente feminina com carácter obrigatório, só atingiu uma parte da juventude escolar. A contradição que existiu em Itália e na Alemanha, entre o desejo de mobilizar as jovens para a vida política e a vontade de as formar para as tarefas domésticas, não se fez tanto sentir em Portugal. Aqui a mobilização política das jovens foi escassa, embora a inculcação ideológica, através de um modelo único moral e religioso, tenha sido eficaz e, por razões óbvias, mais duradoura.

Na Alemanha, não houve rivalidade entre Igreja e Estado, porque o regime nazi proibiu a actuação organizada daquela e das suas organizações. Na Itália, as organizações escutistas foram dissolvidas e a Acção Católica atacada, mas, a partir de 1929, com a assinatura da Concordata entre o governo italiano e a Santa Sé, a coexistência Estado/Igreja tornou-se mais pacífica. Em Portugal, depois da tentativa falhada de dissolver a actividade escutista e de episódicos conflitos iniciais, Estado e Igreja tornaram-se colaborantes. Embora não confes-

sional, a organização feminina portuguesa teve uma forte orientação religiosa e seguiu por essa ordem a norma «Deus, Pátria, Autoridade...», ao contrário, por exemplo, da italiana, que colocou o Estado fascista acima da religião.

Um dos pontos que inspirou desconfiança à MPF foi precisamente o culto «pagão» do corpo na Itália e na Alemanha, onde o pensamento eugénico assumiu proporções impensáveis tanto para o Estado Novo como para a Igreja Católica. Por outro lado, o carácter laico, politizado, mobilizador e totalizante – invasor do espaço privado, interventor no seio da família e eliminador das instituições intermédias –, particularmente agudo na Alemanha, só em parte existiu, no caso português. Aqui, a Igreja Católica foi apaziguada através da incorporação da componente católica na MPF, a Família foi enaltecida e resistiu quando o seu âmbito foi invadido, e a Escola não deixou de lutar pelas suas prerrogativas, acabando por vencer as Mocidades.

13. *A MPF e a Igreja, a Família e a Escola (1937-47).*

Quando a MPF foi criada, as tensões com a Igreja espelharam os conflitos existentes entre esta instituição e o Estado acerca da tutela, enquadramento e formação da juventude, da família e das mulheres. Carneiro Pacheco motivou a desconfiança inicial da Igreja, ao tentar impor organizações estatais únicas da juventude, mas, ao mesmo tempo, atrair com sucesso dirigentes católicas para a MPF, e a competição desembocou numa colaboração duradoura entre as organizações femininas católicas e estatais. Dirigentes e figuras da Igreja asseguraram a presença desta instituição e da componente «recristianizadora» na MPF. Depois de um período áureo de inculcação ideológica, a «formação nacionalista» foi suplantada pela «formação moral», uma actividade que não deixou de concorrer com a «religião e moral», ministrada pela Igreja. Aparentemente, a desconfiança da Igreja face ao desvirtuamento da função «supletiva» do Estado e o seu discurso contra o perigo da «estatocracia» surgiam como salvaguarda e defesa da privacidade do espaço familiar contra a invasão estatal. Na realidade, longe de representar um corpo intermédio no qual famílias e indivíduos se pudessem apoiar contra a tirania estatal, a Igreja pretendeu eliminar a competição do Estado Novo e disputar-lhe a acção familiar e o monopólio da educação.

Entre juras de colaboração com a família «em crise» e de não-intervenção «totalitária» no seu seio, o Estado salazarista debateu-se na contradição de erigir ideologicamente a Família como base do regime e de substituir-se parcialmente a ela na educação das raparigas. Num discurso proferido na Sociedade de Geografia, em 1936, Carneiro Pacheco reconheceu que, apesar de desejar a

cooperação dos pais, viriam deles «as primeiras objecções». Dois anos depois, defendeu que «os pais, mal acordados de ruins paixões e de erros funestos, só pelos olhos dos filhos podem hoje ver claro»⁵⁸ e, em 1939, criticou expressamente o «doentio saudosismo» das mães que educavam as filhas de forma antiquada. Efectivamente, o Estado Novo não deixou de interferir no seio das famílias sempre que, não concordando com as opções sociais, políticas e ideológicas destas, pudesse atrair, através da MPF, as jovens para a sua doutrina única.

Por vezes, foi bem sucedido. Num país maioritariamente católico, as raparigas eram obrigadas a fazer uma declaração pública da sua opção religiosa. Para evitarem o isolamento, algumas de outra religião ou de famílias ateias acabariam por declarar opções diferentes das familiares, e outras escolheriam a «militância» na MPF, para melhor se integrarem na vida liceal. Jovens houve que encontraram, também na MPF um espaço relativamente público de socialização e de libertação relativamente às asfixiantes pressões das suas famílias. Outras, mais velhas, resistiram à pressão da MPF, tal como muitos pais que não se terão mostrado particularmente entusiasmados com o aparecimento da organização feminina. Os que se opunham ao regime, os que professavam uma religião diferente da católica ou eram ateus, por razões óbvias. Mas, mesmo entre os outros, os motivos de recusa eram vários, desde o simples desejo de que as filhas não estivessem ocupadas ao sábado ou não participassem em actividades de educação física, a temores de que a influência da MPF se substituísse à da família.

Algumas famílias e jovens souberam aproveitar as contradições de um regime que se erigia como defensor e respeitador do espaço familiar, ao mesmo tempo que tentava arregimentar as suas filhas para um projecto político-ideológico. A dispensa às actividades da MPF foi uma das armas utilizadas pelas filiadas e encarregados de educação mais informados das classes média ou alta. As filiadas de estratos sociais mais baixos não tinham esse poder de resposta, e só se podiam rebelar em silêncio, por exemplo contra a compra do fato de ginástica e do uniforme. No início da vida da MPF, se as dispensas da actividade de educação física eram habitualmente concedidas, as que se relacionavam com a «formação moral e nacionalista» foram quase sempre indeferidas. Em 14 de Novembro de 1946, um pai judeu requereu para a sua filha a dispensa de frequência às actividades MPF ao sábado, dia de culto judaico. O MEN indeferiu o pedido, seguindo a opinião de Maria Guardiola que transcreveu um despacho anterior, segundo o qual as alunas só podiam ser dispensadas das aulas que veiculassem o ensino de uma religião diferente da que professavam. A aluna devia evidentemente ser dispensada à luz desse despacho, mas Maria Guardiola leu-o manifestamente doutra forma, argumentando que a «formação moral e

nacionalista» da MPF não «ensinava» a religião católica e diferia da disciplina escolar de «moral e religião», da qual as alunas podiam de facto ser dispensadas.

Resistências também a Escola manifestou ao longo dos anos contra as interferências das Mocidades no seu seio. Em 1940, o reitor do Liceu de Beja protestou porque uma aluna se tinha ausentado das aulas para frequentar a Escola de Graduadas e o MEN deu-lhe razão. Uma vitória para a Escola, que mais tarde teria consequências. A luta entre a Escola e as Mocidades agudizou-se especialmente a partir de 1942, com o fim do associativismo estudantil e a integração nos centros das organizações estatais de juventude de todas as estruturas e associações para-escolares. Esta situação trouxe também, aliás, muitos problemas às alunas, quando cessou o apoio fornecido pelas ex-agremiações estranguladas financeiramente e extintas⁵⁹.

Nesse mesmo ano, Maria Guardiola indeferiu a nomeação proposta pelo reitor de duas adjuntas para o centro da MPF do Liceu de Faro porque, segundo ela, «nos liceus de frequência mista» a nomeação competia ao comissariado nacional. O reitor lembrou que a lei de 1942 visava «submeter a uma autoridade única todos os sectores da vida liceal» e atribuía à direcção do liceu a nomeação dos responsáveis pelas «actividades circum-escolares». Mas o MEN despachou a favor de Maria Guardiola ao estipular que, nas escolas mistas, a direcção do centro cabia a uma mulher, professora ou estranha a escola – uma porta aberta para a MPF nomear quem quisesse.

Uma das formas de unificação entre a Escola e a MP, de interferência desta naquela e simultaneamente imposição de uma medida a todos os alunos e respectivas famílias, foi a quotização obrigatória para as Mocidades. A este motivo de conflito juntou-se outro, em 1943, quando o serviço obrigatoriamente prestado à MPF pelas professoras, nas actividades de educação física, labores e canto coral, foi considerado serviço docente e lhes retirou tempo para ministrar as disciplinas escolares. A intromissão nos assuntos internos das escolas agudizou-se ainda mais, a partir do Estatuto do Ensino Liceal de 1947 (Decreto-Lei n.º 36 508, de 17 de Dezembro), promulgado pelo ministro Fernando Pires de Lima.

Depois dos decretos de 1942, esse período foi aquele em que a hegemonia da MPF sobre a Escola atingiu o seu ponto máximo, mas também aquele a partir do qual os poderes das Mocidades iriam paulatinamente diminuir. As professoras que prestavam serviço nas actividades da MPF passaram a ser nomeadas por sugestão do comissariado nacional, enquanto as disciplinas comuns à escola e à MPF – educação física, canto coral e labores – passaram a integrar o plano escolar, sob orientação e fiscalização da MPF. A partir daí, o grande motivo de conflito entre a Escola e a organização de juventude foi a duplicação que as actividades da MPF representavam relativamente as já existentes disciplinas escolares: por

exemplo, havia a «educação física» e a «formação moral» da MPF e as disciplinas escolares de «educação física» e de «moral e religião». Em Fevereiro de 1947, Maria Luísa Vanzeller, que tinha sido comissária adjunta da MPF reconheceu, na Assembleia Nacional, de facto a existência de uma «desconexão entre a Mocidade e a Escola» e uma «sobreposição das suas mútuas actividades no campo comum onde a exerciam».

No período estudado (1937-47), o Estado Novo manteve sempre em tensão duas atitudes, que também se manifestaram na MPF: elitismo conservador *versus* corporativismo social; mobilização e enquadramento *versus* desmobilização e despolitização das gentes; recusa do colectivismo, da massificação e da modernização *versus* forma pragmática de lidar com esses desenvolvimentos; apoio à iniciativa particular *versus* intervencionismo do Estado; recusa do totalitarismo *versus* autoritarismo, projecto de um «homem novo» e enquadramento de segmentos da população.

Com a MPF, o ministro Carneiro Pacheco pretendeu educar integralmente as raparigas e formar uma «mulher nova» ao serviço do Estado Novo, mas entre esse apregoado objectivo e a realidade houve uma grande distância e pouco mais restou que uma figura de estilo ideológica e propagandística inspirada nos modelos europeus da época. A aspiração à «engenharia social» e à «regeneração da nação» através da «nova mulher» foi um propósito fracassado, porque, por um lado, é em si próprio um objectivo inatingível e porque, apesar de tudo, nenhuma medida estatal pode eliminar totalmente a autonomia e a resistência do espaço privado. O MEN não cessou, depois, de alargar a hegemonia das Mocidades e o regime de obrigatoriedade, mas as medidas administrativas nunca impuseram – nem impõem – a «educação integral» das «almas». Entre as leis e a realidade mediou um espaço de liberdade relativa, sempre utilizado pelas filiadas e famílias. A MPF não cessou de praticar a atracção ou a imposição para chegar às filiadas, mas a própria insistência com que o fez é um claro indicador de que provocou frequentemente a oposição e a repulsa. Apesar das imposições administrativas de 1947, o regime tinha começado a perder a «alma para educar as almas de quem quer que fosse»⁶⁰.

O Estado Novo foi um regime que durou porque conseguiu manter em equilíbrio tensões diversas no seu espaço político, apoiando-se ora num ora no outro dos pólos das contradições no seu seio, sem eliminar nenhum e, em especial, sem afastar a Igreja Católica, que com ele colaborou na imposição de uma mesma e única ordem ideológica. Também a MPF soube compensar, a partir dos anos 50, a inevitável e progressiva perda de influência com um notável poder de adaptação. Modificou alguma coisa para poder permanecer quase igual

num mundo em mudança. A essa permanência não foi alheia a relação identitária com a Igreja, uma aliada de peso para, em mútua colaboração, continuar a transmitir às jovens uma mesma e única moral católica.

14. *Epílogo. A subordinação à Escola.*

No começo da década de 50, enquanto a Igreja se mostrava pacífica e silenciosa em relação às Mocidades, em alguns sectores do regime e da Escola começaram a surgir críticas. Entre 1950 e 1952, o deputado Jacinto Ferreira condenou o carácter compulsivo das Mocidades e, em 25 de Abril de 1956, o II Congresso da Mocidade Portuguesa, realizado por sugestão do ministro Francisco Leite Pinto, discutiu precisamente as relações entre as MP e a Escola e o regime de obrigatoriedade. As conclusões levaram à remodelação do plano das actividades da MPF, no ano seguinte, tornadas voluntárias a partir do 2.º ciclo do ensino secundário. A partir de então, a MPF tentou acompanhar o sinal dos tempos, promovendo «exibições e competições» desportivas, além de encontros de «formação moral e social», mas não teve sucesso. Só em 1966 o ministro da Educação Inocêncio Galvão Telles tomou medidas que tornaram a Escola definitivamente vitoriosa na sua contenda com as Mocidades. Promulgou um decreto (47 311, de 12 de Novembro) que remeteu progressivamente as actividades circum-escolares (ACE) e a acção social escolar para o âmbito da Escola e atribuiu às MP meras funções de estímulo, coordenação e orientação das ACE. A obrigatoriedade continuou mas foi consideravelmente atenuada; como disse o ministro, a «limitação da filiação efectiva passou assim do terreno dos factos ao próprio campo dos princípios»⁶¹.

Em 1971, o ministro José Veiga Simão deu início ao princípio do fim das Mocidades ao transformá-las em «associações nacionais de juventude abertas à adesão voluntária» (Decreto-Lei n.º 484/71, de 8 de Novembro). Três anos depois, a Mocidade Portuguesa Feminina foi extinta, juntamente com a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa, a Acção Nacional Popular e a PIDE/DGS, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril.

- 1 AOS/CO/ED-1D, pasta 9, «Actividade da Mocidade Portuguesa (1936-1942)». O projecto-lei de Gustavo Cordeiro Ramos não está datado, mas lembre-se que ele foi ministro da Instrução Pública entre 21 de Janeiro de 1930 e 24 de Julho de 1933.
- 2 António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, «Fascismo e Juventude nos Primórdios do Estado Novo. A Acção Social Escolar Vanguarda (1933-1936)», in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa,

- Regra do Jogo, 1982, pp. 229-58. Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos Anos 30», in *Análise Social*, n.º 122, 4.ª série, vol. XXVIII, 1993-3.º, pp. 555-88. Segundo este autor, Eugénio Tamagnini, ministro da Instrução Pública entre Outubro de 1934 e Janeiro de 1936, pensou tutelar e remodelar a AEV para que abrangesse também a juventude não escolarizada, p. 563.
- 3 *Avante!*, 30 de Março de 1935. No início de 1934, o conselho directivo da AEV nomeou Gerda Liguski Costa para chefiar a secção feminina, vindo esta a incluir núcleos na Escola Rodrigues Sampaio, no Instituto Moderno, no Colégio Académico e no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. O núcleo deste liceu foi dirigido por Hermínia Augusta Pereira, que seria a «organizadora da Secção feminina vanguardista».
 - 4 A lei n.º 1941, aprovada em 11 de Abril de 1936, também estipulou a substituição do nome do Ministério da Instrução Pública pelo de «Ministério da Educação Nacional». Na sua base IX, anunciava a criação da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, instituída pelo Regimento da Junta Nacional de Educação (decreto-lei 26 661, de 19 de Junho de 1936) e regulamentada pelo decreto-lei 27 301, de 4 de Dezembro de 1936.
 - 5 Os estatutos da OMEN, que não vinha mencionada na lei 1941, foram oficializados pelo decreto-lei n.º 26 893, de 15 de Agosto de 1936. Na lei que reformou o ensino primário, ficou regulamentada a cooperação da OMEN e da MP com as escolas primárias mas na lei que reformou o ensino secundário só vinha incluída a «cooperação» da MP. Percebe-se porquê: enquanto a OMEN se devia responsabilizar pelas crianças, caberia a uma Mocidade Portuguesa Feminina ocupar-se nas alunas do ensino secundário.
 - 6 Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in *História de Portugal*, vol. VII, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
 - 7 José João Ramos Paz Barroso, *A Organização Pedagógica e a Administração dos Liceus (1883-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1993, 2 vols. Este autor também periodiza a primeira fase do seu estudo sobre as relações da MP com os liceus entre 1936 e 1947.
 - 8 Entre 1937 e 1947 passaram pela pasta da Educação António Faria Carneiro Pacheco (18 de Janeiro de 1936-28 de Agosto de 1940), o criador das Mocidades, Mário de Figueiredo (28 de Agosto de 1940-6 de Setembro de 1944), que em 1942 reforçou os poderes e a obrigatoriedade das organizações de juventude, José Caeiro da Mata (6 de Setembro de 1944-4 de Fevereiro de 1947) e finalmente Fernando Andrade Pires de Lima (4 de Fevereiro de 1947-7 de Julho de 1955), que integrou as actividades das MP no currículo escolar.
 - 9 Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (Discursos)*, Bertrand, Lisboa, 1940. Discurso proferido em 28 de Maio de 1934 no encerramento do I Congresso da União Nacional.
 - 10 Carneiro Pacheco cit., Discurso proferido no 3.º aniversário da posse de Salazar na presidência do governo, comemorado na Covilhã, 7 de Julho de 1935.
 - 11 Roger Griffith, *The Nature of Fascism*, Pinter, London, 1991. Defensor de uma teoria ideal-típica de Fascismo genérico, este autor considerou mesmo que o mito «palingénético» do «homem novo» e de «regeneração» foi o mínimo denominador comum da ideologia fascista.
 - 12 Carneiro Pacheco, *Tudo Anda à Volta de um Berço*, discurso pronunciado no Liceu D. Filipa de Lencastre no encerramento da II Semana da Mãe, em 15 de Dezembro de 1939.
 - 13 Irene Pimentel, «O Estado Novo e a assistência às mulheres: a 'Obra das Mães'...», in *História*, n.º 18, Março de 1996, pp. 6-21. Criada, em parte, para responder às organizações femininas católicas, a OMEN compartilhou com estas a mesma missão aparentemente despolitizada de «re Cristianizar a sociedade portuguesa» e o mesmo apregoado respeito pelo espaço familiar. A *Obra* completava assim – na medida em que era estatal – e ao mesmo tempo atenuava – na medida em que era dirigida por mulheres católicas, ex-dirigentes da Acção Católica – o monopólio do Estado sobre as crianças e os jovens.

- 14 Carneiro Pacheco, cit., Discurso proferido na homenagem ao Exército na II Semana Militar realizada na Sociedade de Geografia, em 24 de Maio de 1936.
- 15 *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1937. Discurso proferido, na véspera, na abertura das aulas do Liceu D. Filipa de Lencastre.
- 16 Segundo os estatutos de 1937, a «educação moral» seria a educação cristã, tradicional no País. A «educação física» visaria «o fortalecimento racional, a correcção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade», mas dela ficariam excluídas os exercícios violentos, competitivos, exibicionistas e que atentassem contra o «pudor» feminino. A «educação cívica» visava transmitir «a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da Nação». Finalmente, a «educação social» cultivaria nas filiadas «a previdência, o trabalho colectivo, o gosto pela vida doméstica e (...) as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado».
- 17 António M. Zorro e Carneiro Pacheco, *Um Homem de Fé e o Pensamento da Revolução Nacional*, Panorama, Lisboa, 1966, p. 28.
- 18 Franco Nogueira, *Salazar, As Grandes Crises (1936-1945)*, Civilização ed., Porto, 1983, 2.ª ed., p. 20. Segundo este autor, em 1936, a Igreja tinha encarado a formação da MP «com alguma reserva, no temor de que a divinização de ideais terrenos p(udesse) afastar dos caminhos de Deus os que se abr(ia)m para vida».
- 19 *Novidades*, 23 de Dezembro de 1937.
- 20 *Brotéria*, vol. XXVI, fasc. VI, Junho e Julho de 1938. Os artigos intitulavam-se «A Educação da Juventude como Direito e Função da Família» e «Direitos da Igreja».
- 21 O escutismo não confessional, AEP, e o escutismo católico, CNE, foram criados, respectivamente, em 1913 e 1923 (cfr. Padre Benjamim Salgado, *Rádiosa Floração...*, CNE, Braga, 1948). A organização escutista estatal, OEP, foi criada pelo decreto 21 434 de 29, de Junho de 1932. Quanto ao escutismo feminino, cfr. *Guidismo em Portugal através dos Tempos*, Associação das Guias de Portugal, Lisboa, s/d.
- 22 Segundo disse Carneiro Pacheco, em Junho de 1936, na tomada de posse da Junta Central da OMEN, a dissolução da OEP respondia à «necessidade duma concentração de todos os esforços em um programa nitidamente nacional, a realizar pela articulação da escola com organizações cooperadoras do programa educativo do próprio Estado».
- 23 Citado por Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos Anos Trinta» cit., p. 584. Segundo este autor, a carta vinha na sequência de uma anterior recusa de Cerejeira ao convite de Carneiro Pacheco para participar no acampamento da MP, de 28 de Maio de 1938.
- 24 AOS/CO/ED-1D, pasta 9. A carta não está datada nem assinada mas presume-se que seja da autoria de Carneiro Pacheco e que seja de 1938.
- 25 Marcelo Caetano foi chefe regional do CNE antes de ser chamado para a MP, e uma das dirigentes da AGP, Maria Fernanda d'Orey, foi nomeada comissária nacional adjunta da MPF em 1937.
- 26 Em Novembro de 1952, o deputado Jacinto Ferreira defendeu, na Assembleia Nacional, o reconhecimento estatal da função de utilidade pública do escutismo católico e criticou a MP por ter surgido depois de já existir «o Corpo Nacional de Escutas, criado e directamente orientado pela Igreja, a educadora por excelência». Parece ter sido ouvido, porque, por seu lado, a Associação de Guias de Portugal, reapareceu em 1953.
- 27 AOS/CO/ED-1D, pasta 9.
- 28 *Boletim da MPF*, Junho de 1939.
- 29 Em 1937, o *República* e um grupo de mulheres tinham participado numa campanha para a criação de um «Ginásio Clube Feminino», que acabaria por nascer, em 13 de Dezembro desse ano, apesar dos ataques movidos pela imprensa católica e a Legião Portuguesa. Ver Irene Pimentel, «O Estado Novo e o desporto feminino», in *História*, nova série, n.º 2, Maio de 1998, pp. 30-39.

- 30 Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização Salazarista*, Terra Livre, Lisboa, 1976, p. 126.
- 31 *Mocidade Portuguesa Feminina*, ilustrações de Mitza, Lisboa, Comissariado Nacional, s.d.
- 32 *Diário de Lisboa*, 22 de Novembro de 1934, citado in Fina d'Armada, «As Primeiras Deputadas – Maria Guardioli», *Diário de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1989.
- 33 Revista *Stella*, 1938, citada por Fina d'Armada, *ibid.*
- 34 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 3 de Abril de 1943.
- 35 Em 1942, Maria Guardioli dirigia os serviços culturais e de formação nacionalista, antes de ser substituída, nesse ano, por Carlinda Valente da Costa. Maria Luísa Vanzeller dirigia os serviços de educação física, saúde e higiene antes da sua substituição, em 1940, por Ingrid Ryberg. À frente dos serviços de formação moral, estava o padre Gustavo de Almeida e dos serviços de saúde, estiveram as médicas Custódia do Vale e Alda Firmino. Os serviços de intercâmbio com o estrangeiro estavam a cargo da condessa de Penha Garcia, presidente da direcção da OMEN a partir de 1945.
- 36 Apesar de ter sido a dirigente máxima da MPF, Maria Guardioli não parece ter tido grande papel doutrinador, uma função tomada em mãos por Joana Mendes Leal, ex-dirigente católica e dirigente da OMEN e directora da imprensa da MPF (*Boletim da MPF e Menina e Moça*).
- 37 AOS. Correspondência Particular. Gustavo de Almeida interveio frequentemente nos anos 50, informando Salazar sobre o meio católico e denunciando a «subversão» e a «incompetência» da PIDE.
- 38 Professora de religião e moral do Liceu Maria Amália, directora do centro universitário da MPF de Lisboa, em 1940, e noelista.
- 39 Actas do comissariado nacional da MPF, 5 de Janeiro de 1940. Neste período, existiam onze delegacias provinciais – Estremadura, Douro Litoral, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Baixa, Beira Litoral, Beira Alta, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve.
- 40 Licenciada em Histórico-Filosóficas, foi directora do Colégio Fernão de Magalhães até ao seu encerramento pela PIDE. Viúva e desempregada com cinco filhos, impedida pelo regime de leccionar no ensino particular e oficial e de partir para o Brasil, montou um atelier de costura com o qual sobreviveu com muitas dificuldades. Faleceu em 7 de Março de 1963.
- 41 As filiadas estavam agrupadas nos centros, numericamente, em «quinas» (5 filiadas), «castelos» (5 «quinas»), «grupos de castelos» (4 «castelos»), «bandeiras» (3 «grupos de castelos») e «falanges» (2 «bandeiras»). Segundo a idade, as filiadas eram qualificadas de «lusitas» (7 a 10 anos), «infantas» (10 a 14), «vanguardistas» (14 a 17) e «lusas» (17 a 25).
- 42 Liceus Maria Amália Vaz de Carvalho, D. Filipa de Lencastre, Pedro Nunes e secção mista do Liceu Camões em Lisboa; Liceu Carolina Michaëlis no Porto e Liceu Infanta D. Maria em Coimbra. A estes centros liceais seguir-se-iam, em Lisboa, também em 1938, os centros para alunas do Magistério Primário, de 22 colégios particulares, do Conservatório Nacional de Música, da Companhia Reunidas de Gás e Electricidade, da Escola Industrial Machado de Castro e de 11 Escolas Primárias Oficiais.
- 43 «Exposição sobre a sua vida e actividades da MPF», noticiada no *Boletim da MPF*, Janeiro de 1941.
- 44 *Boletim da MPF*, Outubro de 1942.
- 45 *Ibid.*
- 46 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 14 de Fevereiro de 1940. Discurso proferido por Maria Guardioli quando foi inaugurado o Instituto Nacional de Educação Física (INEF).
- 47 Discurso proferido no sarau do Orfeão Académico de Lisboa, 26 de Dezembro de 1934.
- 48 Entre outras obras sobre as organizações femininas falangistas, fascistas e nacional-socialistas, contam-se: Gisela Bock, «A Política Sexual Nacional-Socialista e a História das Mulheres», in Georges Duby e Michelle Perrot, dir., *História das Mulheres. O Século XX*, vol. 5, Lisboa, 1995, pp.

- 183-217; Luis Suárez Fernández, *Cronica de la Sección Femenina y su Tiempo*, Madrid, 1993 (2.^a ed.); Danièle Bussy Genevoix, «Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo», in *História das Mulheres. Século XX* cit.; Victoria de Grazia, *How Fascism Ruled Women. Italy, 1922-1945*, Berkeley, 1992; Martin Klaus, *Mädchen im Dritten Reich. Der Bund Deutscher Mädel (BDM)*, Colónia, 1983; Claudia Koonz, *Mothers in the Fatherland. Women, the Family and Nazi Politics*, Londres, 1988.
- 49 Nota oficiosa publicada em toda a imprensa em 16 de Outubro de 1937.
- 50 Visitou várias vezes a Itália até 1940, quando foi colocado na Legação portuguesa na Santa Sé. Em Novembro de 1936, deslocou-se à Itália, Alemanha, França, Inglaterra, Brasil, Uruguai e Argentina para estudar as respectivas obras de educação (AHD do MNE, 3.º piso, A1, Mç. 745-7). Em Março de 1939, voltou a Roma, onde se encontrou com o ministro italiano da Educação, Bottai, que, quando Carneiro Pacheco manifestou o desejo de intensificar as «relações culturais» entre os dois países, teria acrescentado: «et même politiques» (AOS. Correspondência Particular, carta de Carneiro Pacheco).
- 51 *Boletim da MPF*, 13 de Maio de 1939.
- 52 Acta da reunião do comissariado nacional de 23 de Abril de 1942.
- 53 Os colégios alemães de Lisboa e do Porto tinham núcleos femininos e masculinos da Juventude Hitleriana para os alemães e centros das MP para os portugueses. Em 1942, o *Boletim da MPF* deu conta que as dirigentes da MPF que se deslocaram ao Colégio Alemão de Lisboa tinham «encontrado muitos pontos de contacto no culto do amor da Pátria e da Família», comum às duas Mocidades, embora existisse «diferença nos métodos de ensino adoptados».
- 54 Acta da reunião de dirigentes da MPF de 30 de Janeiro de 1941.
- 55 AHD do MNE, 3.º piso, A13, Mçs. 85-86, e NI, A70, Mç. 26 e 27 e *Boletim da MPF*, Fevereiro de 1942.
- 56 *Boletim da MPF*, Outubro de 1940.
- 57 Em Itália, as raparigas e rapazes foram organizados, segundo o sexo e a idade, na Opera Nazionale Balilla, primeiro dirigida pelo Partito Nazionale Fascista (PNF) e depois pelo Ministério da Educação e, em 1937, recolocada sob a direcção do PNF, com o nome de Gioventù Italiana del Littorio (GIL). Na Alemanha, as raparigas foram organizadas na Bund Deutscher Mädel (BDM) que, desde 1930, foi integrada na Hitler Jugend (HJ). Apesar de ter uma direcção feminina, a BDM era dirigida pela chefia masculina da HJ e do Partido Nacional-Socialista. Em 1936, a HJ, que incluía a BDM, tornou-se uma organização estatal da juventude de incorporação obrigatória dos jovens de ambos os sexos.
- 58 Carneiro Pacheco cit. Discurso no banquete oferecido na Legação alemã a Hartmann Lauterbacher, da HJ, em 5 de Março de 1938.
- 59 Acta da reunião do comissariado nacional de 5 de Fevereiro de 1943. As alunas que outrora recebiam subsídios da associação escolar deixaram de ser beneficiadas quando, em certos liceus, à extinção da associação escolar não correspondeu a imediata criação de centros da MPF.
- 60 Fernando Rosas, *O Estado Novo* cit., p. 283.
- 61 Lopes Arriaga, *A Mocidade Portuguesa* cit., p. 110.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD do MNE).

Arquivo Histórico do Ministério da Educação Nacional (AII do MEN).

Arquivo da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Arquivo de António de Oliveira Salazar (AOS), no ANTT.